



**FACULDADE KURIUS**  
**DEPARTAMENTO DE PÓS – GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO.**  
**PÓS – GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL**  
**ESPECIALIZADO.**

**EVANIA MARIA LIMA DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA INDÍGENA MANOEL FRANCISCO DOS**  
**SANTOS**

**CANINDÉ – CE**  
**2015**

EVANIA MARIA LIMA DA SILVA

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA INDÍGENA MANOEL FRANCISCO DOS  
SANTOS

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Pós – Graduação Lato Senu em Atendimento Educacional Especializado, para obtenção do título em Atendimento Educacional Especializado, outorgado pela Faculdade Kurios, sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup>. Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro.

**CANINDÉ – CE**

**2015**

EVANIA MARIA LIMA DA SILVA

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA INDÍGENA MANOEL FRANCISCO DOS  
SANTOS

Este Artigo foi submetido à Coordenação do Curso de Pós – Graduação Lato Sensu em Atendimento Educacional Especializado como parte dos requisitos necessários à obtenção do título em Atendimento Educacional Especializado, outorgado pela Faculdade Kurios – FAK e se encontra à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Faculdade.

---

Evania Maria Lima da Silva(Aluna)

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Nota: \_\_\_\_\_

---

Profa. Dar. Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro  
Orientadora

---

Coordenação de Pós-Graduação da FAK

2015

# A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA INDÍGENA MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS

Evania Maria Lima da Silva  
Prof. Dr. Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro

## RESUMO

A educação é um assunto complexo de ser tratado e realizado, o profissional que vai trabalhar com alunos deficientes necessitam de estar sempre abertos ao novo, em busca de novas metodologias e estratégias que sejam favoráveis para o desenvolvimento desse aluno que está adentrando nos espaços escolares. A chegada do aluno deficiente na escola foi intensificada a partir da LDB 9394/96, tornando uma obrigação tanto da escola publica como da privada em receber estes alunos mediante lei. A pesquisa a qual nos propomos a investigar faz uma abordagem sobre a escolarização de alunos deficientes na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos na cidade de Aratuba – CE, perpassando pela educação especial no Brasil, além de conceituar o que é inclusão e as mudanças que ocorreram nas escolas comuns em relação à inclusão de alunos com deficiências e como os professores do ensino regular estão sendo preparados para enfrentar as questões inclusivas. É uma pesquisa de cunho qualitativo, fazendo uso da pesquisa bibliografia como forma de referendar o trabalho. Os procedimentos para obtenção de coletas de dados foram feitos através de entrevistas com o núcleo gestor, professores, pais e funcionários da escola e o lócus da pesquisa foi na própria escola. Assim, chegou-se a conclusão de que a Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos veio para subsidiar a inclusão dentro do contexto da escola, transformando o aluno com necessidades especiais diante da sociedade sendo referencia no Município de Aratuba.

**Palavras-Chave:** Educação Especial. Inclusão. Formação do Professor de Educação Especial.

## ABSTRACT

Education is a complex issue to be dealt with and done, the professional will work with disabled students need to be always open to the new, looking for new methods and strategies that are favorable to the development of this student who is entering the school premises. The arrival of the poor student in school was intensified from the LDB 9394/96, making it an obligation of the school both public and in private to receive these students by law. The research which we propose to investigate is an approach to the education of disabled students in Indigenous School Manoel Francisco dos Santos in the city of Aratuba - EC, passing by special education in Brazil, in addition to conceptualize what is inclusion and the changes that occurred in public schools regarding the inclusion of students with disabilities and how the regular school teachers are being prepared to face the inclusive issues. It is a qualitative research, using the research literature as a way to endorse the work. The procedures for obtaining data collection was done by interviewing the core manager, teachers, parents and school staff and the locus of the research was at the school. Thus we came to the conclusion that the Indigenous School Manoel Francisco dos Santos came to support the inclusion within the school context, transforming the student with a disability to society being reference in the City of Aratuba.

**Key Words:** Special Education. Inclusion. Training of special education teache.

## 1 – INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado vem nos falar a respeito da educação especial, contando um pouco da sua trajetória no Brasil. Ao longo da pesquisa iremos perceber de que forma as pessoas deficientes com necessidades especiais eram e são tratadas.

A educação é para todos, e conseqüentemente as pessoas com qualquer tipo de necessidades especiais estão incluídos nesse todo. Por tanto merecem respeito e oportunidade de aprender dentro das suas limitações. Nossa pesquisa se fundamenta nessa concepção de igualdade para todos.

Com base nas observações acima pretendendo pesquisar como a Educação Especial vem sendo tratada em Aratuba, especialmente na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos. É intenção do presente trabalho, fazer uma abordagem de cunho reflexivo quanto o nível de profissionalização dos docentes que atuam na referida escola e assim poder perceber como os demais estão encarando as novas mudanças e a chegada dos alunos com deficiências nos espaços escolares.

A inclusão está acontecendo, mas devemos nos questionar de que maneira esta inclusão está sendo feita. Devemos observar com atenção se a mesma acontece de forma responsável ou apenas para preencher dados de uma escola inclusiva.

Na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos como essa questão da Educação Especial vem sendo tratada, qual a preocupação do gestor, quanto à formação do quadro docente em relação à qualificação para trabalhar com alunos deficientes?

No ano de 2011 fui convidada para lecionar como professora na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos para assumir a sala do 4º ano como professora titular. Antes eu era coordenadora pedagógica na Escola Indígena do Povo Pitaguary em Maracanaú por 5 anos e havia também trabalhado do 6º ao 9º com as disciplinas de Português e História e no 3ºano. Então lecionei no 4º ano na escola citada acima por dois meses e fui convidada novamente pelo o grupo gestor e as lideranças da comunidade para assumir a sala de recurso multifuncional com a finalidade de trabalhar com educação especial, pois entre os outros professores da escola eu me enquadrava direitinho no perfil que queriam.

Diante do novo desafio vi a importância da minha formação acadêmica, percebi que ainda tinha muito a aprender, que a arte de ensinar requer muito mais que vontade. Requer uma boa formação profissional, disciplina e persistência para superar os desafios do cotidiano

escolar. Estar em sala de aula é adentrar nos problemas sociais de cada aluno. É vivenciar de perto a realidade de cada um, fazendo toda hora uma reflexão sobre a arte de ser educador.

Observando o corpo discente da escola, percebi que o universo escolar onde eu estava começando a me familiarizar, iria surgir novos desafios, nos quais sabia que não estava preparada para enfrentar. Percebi que nas séries que antecediam as que eu lecionava, existiam crianças deficientes e que em futuro próximo essas crianças seriam meus alunos. E foi assim que nasceu em mim a vontade de aprender mais sobre os mistérios de ser professora de alunos com necessidades especiais. Comecei a sentir necessidade de aprofundar meus estudos para conhecer como nossa escola está encarando esse grande desafio e posso afirmar que estou aprendendo mais do que ensinando.

Para nortear os estudos tomamos como base analisar a importância das políticas educacionais na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos em relação à Educação Especial, levando em consideração as políticas vigentes no país voltado para educação inclusiva fazendo levantamento do número de alunos deficientes regularmente matriculados na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, verificando a formação dos professores na área da Educação Especial e quais os suportes que o município dispensa para a escola no trabalho com alunos deficientes.

Para a elaboração deste trabalho usaremos a pesquisa qualitativa como ponto básico da investigação, por ser considerada superior a qualquer outro tipo de pesquisa, possibilitando maior aproximação com os verdadeiros fatos estudados junto aos atores sociais, valorizando a relação entre o mundo real e o sujeito, ressaltando que ambos estão intrinsecamente interligados. Faremos uso da entrevista semiestruturada para obtenção da coleta de dados e o questionário fechado, tendo como lócus da pesquisa a Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos.

Com base na abordagem crítica dialética, dentro da pesquisa qualitativa, o pesquisador é parte fundamental, onde precisará desprezar qualquer tipo de preconceito, assumindo uma postura aberta às questões que observa para que possa ter clareza dos fenômenos estudados e o bom relacionamento com os pesquisados, influenciará no bom andamento da pesquisa.

A pesquisa bibliografia também será responsável para respaldar o trabalho, ela irá dar consistência aos embasamentos e veracidade dos fatos em estudo. De início como fonte bibliográfica iremos nos pautar nos estudos de, Minayo, Gil, Severino, Rodrigues, entre outros que muito contribuirão para a realização de uma proposta metodológica mais completa e inovadora.

Como coleta de informação serão utilizados dois recursos, a entrevista semiestruturada elaborada com perguntas chaves que estruturaram os entrevistados. Pois acreditamos que a entrevista é um poderoso instrumento para a obtenção da coleta de dados e segundo Chizzotti (2000, p. 45) “A entrevista é uma comunicação entre dois interlocutores, o pesquisador e o informante com a finalidade de esclarecer uma questão”. E os questionários fechados com perguntas diretas e escritos, como nos afirma Rodrigues (2077, p. 137) “o questionário é uma técnica de coletas de informações constituídas por indagações escritas”, esperamos que o questionário fechado, devido a sua simplicidade de compreensão e organização, sendo assim, esperamos que o mesmo pudesse contribuir na obtenção de respostas dos participantes da pesquisa.

Nosso estudo de campo irá acontecer na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, tendo como participantes da pesquisa o núcleo gestor, corpo de professores, funcionários dos serviços gerais e pais que fazem parte do conselho escolar. Esperamos obter todas as informações necessárias para finalizarmos nossos estudos a respeito da Educação Especial na escola em estudo.

## **2 – A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL**

A questão da educação no Brasil sempre foi um grande desafio para se concretizar de fato e quando essa educação corresponde às pessoas com deficiências se torna mais difícil desta escolarização acontecer. Se a educação voltada para pessoas sem deficiência demorou a se concretizar, imaginemos a educação de sujeitos deficientes, observe o que nos aponta Lima (2009):

“No Brasil, constata-se que o país sempre teve dificuldades na educação de sua população. Da mesma forma que em tempos anteriores, até o século XIX. Não havia oportunidade de educação para as classes populares, também os deficientes, na maior parte do país, eram alijados do sistema educacional. Apesar das dificuldades é preciso considerar que as iniciativas de educação especial começaram ainda na época do Brasil-Colônia. Durante o segundo Império, em 1854, foram criados no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente o Instituto Benjamim Constant, e dois anos depois, em 1856, o Instituto dos Surdos-Mudos, atual INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos). No final do império e começo da República, havia no país seis instituições que atendiam deficientes físicos, auditivos e visuais”.

A Educação Especial no Brasil vem sendo tratada aproximadamente desde o século IX, com influência europeia e norte-americana, trazida por grupos de pessoas preocupadas com esse segmento. Apesar de ser um processo transitório lento, ele se consolidou depois de décadas de lutas.

Sabemos que nem sempre o sujeito com deficiência foi considerado como um ser capaz de manter uma boa convivência social ou com competências cognitivas para estudar. Estas pessoas eram carregadas de estigmas e preconceitos, consideradas incapazes. Felizmente, essa visão negativa vem se dissipando e as pessoas estão compreendendo que estes preconceitos estão em extinção. A pessoa com deficiência pode e deve levar uma vida normal e ser um cidadão como todos os outros.

As políticas inclusivas sociais é um processo que está em andamento, mas com o tempo e o conhecimento as pessoas irão saber respeitar e encarar esse fato com mais naturalidade.

Esse desenvolvimento histórico iniciado no século IX, inspirando por ideias norte-americanas e europeias, veio para o Brasil, através de alguns brasileiros dispostos a organizar e implantar ações para atender pessoas com deficiências físicas, sensoriais e mentais, tanto de maneira particular como de maneira isoladas.

No Brasil as políticas voltadas para a educação especial ganhou forças na segunda metade do século XX e foi em 1996 com a Lei nº 9394, no dia 20 de dezembro de 96 que os alunos deficientes conseguiram adentrar no ensino regular.

O nome que se dar a educação de pessoas com qualquer tipo de deficiência é conhecida como Educação Especial, por se tratar de uma forma diferenciada de ensinar estes sujeitos. No Brasil e em alguns países existem políticas responsáveis em incluir o aluno com necessidades educativas nas escolas comuns, mas existem países que não adotam essa inclusão.

Um grande período que corresponde a um século foi necessário para que a educação especial viesse a integrar o sistema educacional brasileiro. Todas essas iniciativas em implantar ações para o atendimento das pessoas deficientes não estavam integradas às políticas públicas educacionais. Sendo que a educação especial foi instituída no início dos anos 60 de forma oficial, denominada de “educação dos excepcionais”.

Sendo assim é possível dividir a educação especial em três períodos:

- De 1854 a 1956 – marcado por iniciativas de caráter privado;



- De 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional;
- De 1993 – caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

De acordo com a revista Nova Escola (2011), faremos uma breve retrospectiva linear sobre a educação especial no Brasil:

- 1988 – Escola para todos: a Constituição prevê a igualdade no acesso, atendimento especializado na rede regular;
- 1990 – O papel da família: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que pais ou responsáveis tenham a obrigação de matricular os filhos com deficiências na rede regular;
- 1991 – Não há vagas: segundo pesquisa da Nova Escola durante o mês de agosto, mostra que de um total estimado em 100 milhões, apenas 500 mil frequentam a escola (regular ou especial);
- 1996 – Todos devem aprender: nova lei às redes o dever de assegurar currículos, métodos, recursos e organização para atender às necessidades de todos os alunos;
- 2001 – As redes se abrem: resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) torna crime em matricular nas escolas crianças e jovens com deficiência;
- 2003 – inclusão se difunde: o MEC cria o programa educação inclusiva – direito à diversidade, que forma professores para atuar nessa modalidade de ensino, resta às escolas se adaptar;
- 2007 – É hora de avaliar: a rede municipal de São Paulo publica o Referencial sobre a Aprendizagem de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais;
- 2008 – Barreira rompida: o número de crianças com deficiência na escola regular ultrapassa o das que estão na especial.

Fizemos aqui um rápido esboço da trajetória da educação especial no Brasil e podemos observar que as mudanças estão sendo gradativas e significativas.

No Ceará no início dos anos 40 as primeiras iniciativas para trabalhar com pessoas deficientes não foram totalmente voltada para o lado educacional. Esse atendimento tinha um caráter mais assistencialista e médico-terapêutico. Algumas mudanças foram ocorrendo e por volta de 1942 é fundada a Sociedade de Assistência aos Cegos para tratar pessoas com problemas na visão, partindo desse princípio a entidade percebe o grande potencial desses sujeitos e nasce a preocupação com a escolarização dos cegos no Ceará.

A Educação Especial em um primeiro momento foi uma iniciativa privada em resposta a ausência do Estado, constituída por pais, parentes e amigos preocupados com a inserção das

peças deficientes nos espaços de convívio social. Por volta de 1960 é que o governo manifesta algum interesse pela Educação Especial, e funda em 1970 um setor voltado para Educação Especial dentro da Secretaria de Educação estadual. É importante observar a citação Cavalcante (2002, p.140):

“Foi possível perceber, ainda, que essas primeiras iniciativas privadas de atendimento especializado aos cegos e aos portadores de deficiência mental no Ceará, surgiu no início dos anos de 1940 e em meados da década de 1950, podem ser consideradas uma resposta à omissão do Estado no encaminhamento de opções para o atendimento a essas pessoas. Pois, é somente na década de 1960 que o governo estadual manifestou seu envolvimento com a escolarização especial, quando, sob a influência direta da Campanha Nacional em prol da educação dos surdos, cria-se o Instituto Cearense de Educação de Surdos, em 1961, e amplia seu raio de ação, a partir dos anos 1970, com a organização do Setor de Educação Especial na Secretaria de Educação do Estado, sob a determinação legal que reformula o ensino de 1º e 2º graus no País”.

A autora vem nos falar que a educação dos surdos teve maior peso que as demais deficiências. Antes o Estado não dava muita importância para a educação especial e só por volta dos anos 70 às mudanças aconteceram.

Podemos dizer que foi nessa época que os primeiros interesses voltados para a Educação Especial se intensificaram e se consolidaram de fato. Mas a preocupação no que diz respeito à formação de professores especialistas para atuar na área era grande, pois era quase inexistente especialista neste campo profissional.

Como podemos observar a questão da Educação Especial não é algo novo, durante muito tempo vem se estudando sobre este assunto, procurando compreender como os sujeitos deficientes vêm sendo atendidos ao longo da história e as mudanças nas políticas públicas vigente no país que amparam pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais.

## **2.1 – INCLUSÃO ESCOLAR**

O termo inclusão é um movimento mundial de luta para que pessoas com qualquer tipo de deficiência seja respeitada e tenha seus direitos sociais garantidos em todos os espaços públicos e privados. Diante de tantos debates sobre inclusão é importante fazermos uma reflexão do que vem mesmo a ser essa tão sonhada “inclusão”. Por tanto o que buscamos de

fato é escola de qualidade, onde o sujeito seja integrado, fazendo parte dessa comunidade e incluído, onde a comunidade faça a aceitação desse sujeito.

A inclusão escolar é um discurso que vem se fortalecendo nas últimas décadas, essa fase de pessoas deficientes estarem trancafiadas em casa já foi superada, hoje a inclusão está presente em todos os espaços. Sabemos que o preconceito ainda existe, mas os pais de alunos deficientes estão perdendo o medo de assumir que têm filhos com deficiência e querem que os mesmos sejam inseridos na sociedade, pois sabem que é um direito que lhe assegurado por lei.

O exposto abaixo vai reforçar o que foi citado acima na colocação de Nova Escola (2011, p. 143):

“Poucas as áreas da educação mudaram tanto nos últimos 25 anos quanto a inclusão de crianças e jovens com deficiência. Até meados dos anos de 1980, o normal era mantê-los privados da convivência com os demais. Os poucos que frequentavam uma sala de aula estavam em instituições exclusivas. Foi a duas décadas que esses alunos começaram a chegar às redes regulares. Primeiro apenas ganharam o direito a matrícula. A inclusão, de fato, só veio mais tarde, quando entrou em cena a preocupação com a aprendizagem”.

O aluno precisa ser incluído de fato, frequentar a escola somente não faz sentido. A convivência com colegas de sala comum eleva a autoestima do aluno deficiente, fazendo-o se tornar parte integrante da comunidade estudantil. Segundo Mantoan (2006) “Fazer valer o direito à educação para todos não se limita a cumprir o que está na lei e aplicá-la, sumariamente, às situações discriminadoras. O assunto merece um entendimento mais profundo da questão da justiça”.

A escola é um espaço onde as diferenças se encontram e constroem seus conhecimentos de acordo com sua capacidade e habilidade, sujeitos podem falar livremente, são atores na arte do ensinar e do aprender é esse o conceito que temos quando falamos de inclusão. É o ser aceito pelo ser e não pelo ter.

A igualdade não escola não representa que todos os alunos sejam iguais em tudo que faz a escola inclusiva não se prende a padrões disso ou daquilo. Os alunos devem se igualar nas suas diferenças, pelas suas características próprias de ser diferente. Pois, sabemos que ninguém é obrigado a ser igual a ninguém.

Para compreender melhor o que é ser uma escola inclusiva, observe o que diz Rapoli (2010, p. 09):

A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o programa de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Não é fácil e imediata a adoção dessas novas práticas, pois ela depende de mudanças que vão além da escola e da sala de aula. “Para que essa escola possa se concretizar, perante a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como a redefinição e a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão”.

A escola comum inclusiva estar bem aquém da nossa realidade, mas isso não significa dizer que as coisas estão melhorando. Com certeza a sociedade moderna passa por uma fase transitória, uma fase de mudanças de conceitos e valores. Espera-se que a inclusão verdadeira seja uma dessas mudanças

A inclusão tem se configurado numa inovação polemica pelo diferentes segmentos educacionais e sociais, existem os que defendem, assim como existem os que não acreditam. Tudo é uma questão de opinião, mas essa opinião contrária não pode tirar o direito do aluno deficiente de estudar e se envolver em um novo ambiente onde certamente suas potencialidades atingiram um estágio bem maior. Alguns professores mais comprometidos com a causa provaram que é possível um aluno deficiente acompanhar a turma e aprender junto com os colegas.

Sabemos que existem muitos níveis de deficiências, das mais leves as mais severas e é pensando nisso que temos que saber se o aluno vai poder frequentar a sala regular e o atendimento especializado ou somente o atendimento especializado. Cada caso é um caso e para um melhor desenvolvimento do aluno é necessário que esta inclusão venha garantir o crescimento intelectual e social do aluno.

Assim como a educação, a inclusão ganhou forças com a Constituição de 1988 que garantiu escolarização para todos e estabeleceu que os atendimentos devessem ser feitos de preferência na rede regular de ensino. Apesar dos direitos estarem assegurados em lei, às mudanças não aconteceram de imediato, existiam muitas concepções erradas a respeito da inclusão, veja na citação da Nova Escola (2011) “Professores, diretores e representantes das Secretarias de Educação acreditavam que cabia à própria criança a adaptar-se às atividades. O professor não precisava alterar em nada sua aula ou oferecer material diversificado”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9394/96 vem assegurar que a educação especial para a pessoa com deficiência seja ofertada pelas escolas especiais públicas e privadas, este direito vem repetido no artigo 4º, III, e artigo 58 que asseguram a

escolarização para os alunos com qualquer tipo de deficiência. Esta inclusão deve acontecer em todos os níveis de escolarização, indo desde a “educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais com currículos, etapas e exigências de diplomação própria”.

É importante saber que para a inclusão acontecer muitos fatores estão envolvidos, inclusive a profissionalização do professor que vai trabalhar com alunos deficientes. Para que essa inclusão aconteça de fato toda instituição escolar precisa estar envolvida no processo inclusivo.

Trabalhar a inclusão não é tão simples como parece. Podemos observar isso na citação de Arantes (2006, p.23):

“A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo as mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação”.

Além de incluir as instituições necessitam garantir o desenvolvimento do aluno deficiente, inseri-los no mundo globalizando, vivendo e convivendo com a realidade. Não podemos mascarar a inclusão com um mundo de faz de conta.

Desde que surgiram os debates sobre educação especial no cenário inclusivo, muitas mudanças ocorreram, principalmente nas nomenclaturas, que ao longo do tempo foram sendo trocadas a fim de se encontrar um termo mais apropriado no trato com as pessoas deficientes. E para isso vejamos o que nos coloca Varonos (2008):

“Existem alguns termos para se relacionar às pessoas com deficiência que estão desatualizados, e nós como formadoras de opinião não podemos mais usar, como por exemplo: Pessoa com necessidades especiais: Serve mais pra fila de banco, porque engloba mais do que apenas as pessoas com deficiência, mas também, idosos, pessoas com crianças de colo, obesos e pessoas com mobilidade reduzida. Portador de deficiência: Portador significa carregar, e nós não carregamos nossa deficiência como se fosse um objeto e a deixamos quando não a queremos mais, a deficiência é definitiva então não a portamos. Deficiente: É estranho parece um grupo isolado, os deficientes. Especial: não é especial ter uma deficiência, aliás, vira um preconceito ao contrário, falar que é especial ser uma pessoa com deficiência é mascarar uma situação e quando a gente mascara a gente não supera”.

Atualmente o termo utilizado, indicado pela Organização das Nações Unidas – ONU são pessoas com deficiências. Para alguns esse termo soa estranho, porém devemos observar que antes da deficiência vem à pessoa antes de qualquer limitação, pessoa que busca seu espaço na sociedade e nada mais justo que esta sociedade contribua com esse processo inclusivo.

### **3 – A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA INDÍGENA MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS ARATUBA – CE.**

#### **3.1 O Povo Kanindé (HISTÓRICO)**

O povo Kanindé está localizado no sítio Fernandes no município de Aratuba distante 6 km da cidade e a 148 km da capital Fortaleza, tendo também outra aldeia em Gameleira no município de Canindé. A população é de 185 famílias em Aratuba e 13 em Gameleira Canindé no pé da serra do pindá, no total de 713 índios entre crianças, jovens, adultos e anciões. A sobrevivência se dá através da agricultura de subsistência e das caças, plantação de milho, feijão, fava, arroz, mamona, etc. As caças são de vários tipos desde animais e aves como: mocó, prear, jacu, peba, jirita, tatu, juriti, tejo, etc.

A luta dos índios Kanindé por seus direitos teve início no ano de 1995 com a conquista da chamada Terra da Gia local utilizado para o plantio de legumes pelos índios Kanindé é uma área de 300 hectares de terra que iria ser incluído na desapropriação para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pela fazenda alegre onde foi um período de muitos conflitos, pois os agricultores da fazenda alegre reivindicavam essa área afirmando que os índios não usavam essa área para habitação.

Segundo as pessoas mais velhas da comunidade antes de 1995 ainda não tinham se declarados índios por medo de represálias e preconceitos, pois seus pais haviam repassado para eles quando crianças que os brancos matavam os índios, assim permaneceram no anonimato até esta data, quando receberam apoio da Associação Missão Tremembé (AMITE).

### 3.2. Histórico da Educação Kanindé

Em 1999, deu-se o início da educação escolar diferenciada na Aldeia Fernandes, zona rural em Aratuba, foi fruto de muita luta, foi uma grande conquista das lideranças tradicionais desse povo.

A Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, surgiu da necessidade do povo Kanindé de Aratuba, que visava reforçar o movimento organizacional do povo e a luta pela terra.

Em 1999, surgiu uma proposta dos índios Kanindé de reivindicarem pelos direitos a uma educação específica e diferenciada para suprir as necessidades do povo Kanindé de Aratuba. Com a abertura de duas salas de aula para jovens e adultos os primeiros professores foram Suzenilton e Terezinha Barroso (imemorim) a escola funcionava nas casas de famílias à noite num total de 40 alunos, 20 em cada sala, logo depois com o desenvolvimento da comunidade surgiu mais uma sala de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que iniciou com o professor Elenilson por um período e depois assumiu o professor Suzenilson.

Começaram então seus primeiros passos da escola com o principal papel:

- Preservar a cultura do povo;
- Educar e fazer com que todos conheçam a história da comunidade indígena e suas origens.
- Formar novas lideranças indígenas para dar sustentabilidade à luta do povo.
- Garantir uma educação indígena diferenciada de qualidade para o povo Kanindé

No ano de 2002 surgiu a necessidade de se trabalhar com as crianças da comunidade visando repassar os conhecimentos e a história do povo para os mais jovens e fortalecer o movimento e a luta do Povo Kanindé. As dificuldades eram grandes, a comunidade não contava com um espaço adequado, foi preciso dividir os alunos em casas de famílias que tinha um espaço maior para recebê-los, surgindo assim duas salas de aulas que funcionavam no colégio municipal no chamado grupo velho cedido pela prefeitura, com o passar do tempo e com a desativação de duas salas onde funcionava a sede de uma associação em um local mais centralizado para o acesso dos alunos, eram duas salas pequenas e apertadas, porém eram da comunidade mesmo apertada mais um espaço em que eles podiam ensinar a sua cultura.

Depois de muita luta não só da comunidade, mais do movimento indígena em geral e com o aumento dos alunos das escolas indígenas, iniciou-se a luta por prédios escolares para as comunidades indígenas isso no contexto do Ceará. As lideranças Cícero Pereira e Cacique

Sotero foram pessoas importantes na luta pela educação escolar indígena kanindé também como os professores Suzenilton e Terezinha Barroso que foram os fundadores da escola sendo as duas pessoas que abriram as duas primeiras salas de aula e trabalharam voluntariamente quase dois anos sem receber salário.

Neste período tivemos muitas conquistas dentre estas destacamos, o Curso de formação para professores indígenas através do magistério indígena, criação da resolução 382/2003 que dispõe sobre a criação e o funcionamento de escola indígena no Sistema de Ensino do Ceará e a construção da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos (anexo I) que foi fonte de vários conflitos e agressões a índios Kanindé que lutavam em busca de melhoria para seu povo.

No início a escola recebeu o nome de Escola de Ensino Diferenciado de Fernandes de Cima (Anexo II) e Fernandes de Baixo devido à distância entre as salas de aula. No ano de 2005 o senhor Paulo Mané (imemoriám) fez a doação de um espaço para a construção da escola indígena, porém como a terra era de seu irmão, Manoel Francisco dos Santos conseqüentemente a comunidade decidiu homenageá-lo registrando a escola com seu nome.

A história em baixo das árvores é um dos costumes e cultura que os professores Kanindé tendem a preservar. O Toré é um ritual sagrado que ajuda na luta com garra. A tradição de chupar manga, chupar coco, catolé, chupar maracujá de vaqueiro, armar quixó, armar arapuca, buscar lenha nos matos, rezar terços nas casas, fazer artesanatos, visitar pessoas doentes, e ajudar os próprios vizinhos. Além das diversões de jogos de bola; pesquisa na aldeia e visitando o museu indígena comunitário assim pode se conhecer o que os índios Kanindé têm de bom para mostrar aos que vem visitar a aldeia.

O museu comunitário da comunidade Indígena Kanindé de Aratuba, serve como uma biblioteca onde os alunos podem fazer suas pesquisas e ficam conhecendo a história de seu povo e sua origem. No museu tem foto de casas que ainda existem na comunidade, peças de artesanato que são feitas por um grupo de índios kanindé, que trabalham com madeiras, fotos e jornais.

O Museu Indígena dos Kanindé foi à primeira organização educacional e cultural, aberto ao povo da Aldeia Fernandes em 1996 e fundado pelo cacique Sotero que reuniu um grande acervo que vai desde animais a documentos e peças artesanais. Depois, vieram a Associação Indígena Kanindé de Aratuba (AIKA) e o movimento por uma educação escolar diferenciada, que se iniciou em 1999, Apenas em 2005 tiveram a Escola Indígena construída



através de um projeto pré-estabelecido pelo banco mundial (jornal diário do nordeste 8 de junho de 2003) a escola kanindé era pra ser de um modelo padrão em forma de circulo como as demais construídas por este mesmo projeto porem o espaço não era suficiente para a construção e a escola teve que ser de outro modelo sendo assim feitos dois andares. Com o acirramento da nossa luta, principalmente pela terra, surgiu a AIKA, em 1998. Ao longo dos anos, organizados nessa entidade, viemos desenvolvendo vários projetos voltados para o fortalecimento da cultura, da educação e da história do nosso povo, em parceria com os trabalhos desenvolvidos na escola indígena e no Museu dos Kanindé.

No ano de 2011 a escola passou por uma reforma primeiramente a coordenação se reuniu com os professores e a comunidade para analisarem o que seria necessário para melhora à escola e atender melhor os alunos tendo em vista que o espaço era pouco e as salas eram amplas uma das propostas foi dividir as salas que eram padrão em duas salas menores, pois em algumas a divisória era feita por cortinas, além disso, foi feito a reforma dos banheiros. Logo após foi feito uma nova reforma no piso onde foi colocada cerâmica nas salas, construção de um refeitório para os alunos e pintura da escola.

Hoje a escola estar com um total de 153 alunos matriculados da pré-escola a terceira série do ensino médio. A escola conta com 17 professores um diretor e um coordenador, um secretário, um agente burocrático, um porteiro uma merendeira, dois funcionário contratados pelo o estado e mais dois funcionários cedidos pelo município. Entre os 17 professores 2 não são indígenas, pois ainda não temos na comunidade pessoas capacitadas para lecionarem todas as disciplinas. Alguns professores da escola já possuem formação a nível superior e os demais estão cursando pela UFC, além disso, alguns também têm formação no magistério indígena.

A escola possui uma organização própria como determina a Constituição Federal no seu artigo 231 que garante aos índios sua organização social, para isso a escola tem algumas organizações da educação Indígena Kanindé como a AIKA que e responsável pela organização e apoia a escola e os professores tendo como presidente José Constantino outro o Conselho Escolar tendo como presidenta Carliane Vieira.

O processo de seleção dos professores se dar através de alguns critérios feitos pela própria comunidade escolar, para ser professor indígena o primeiro critério e ser índio a não ser que na comunidade não tenha pessoas que possam assumir este posto como e no caso do ensino médio quando não se tem pessoas formadas em algumas áreas de conhecimento, o segundo e ser envolvido nos assuntos da comunidade participando de reuniões e de trabalhos

comunitários desenvolvidos para o bem comum e para melhoria da comunidade indígena essa pessoa também deve ter um bom relacionamento com a comunidade em geral, além disso, mostra interesse e capacidade para lecionar, dispor de tempo para se envolver nas questões de interesse da comunidade em geral, como demonstrar seus conhecimentos nas diversas áreas de conhecimento, deve também estar disposto a continuar sua formação como professora e liderança da comunidade para continuar a luta pela demarcação da terra, um ponto fundamental para todas as comunidades indígenas não só do Ceará mais do Brasil.

### **3.3 – RELATOS DA EXPERIENCIA**

A educação é vista como um amplo processo transformador e essencial, sendo iniciada na estrutura familiar e ampliada em diversas situações em grupos formais e não formais e visa o desenvolvimento pleno de todas as pessoas, independente de sua classe social, raça ou cor.

Se a escola é para todos Feldmann (2009) nos diz que “a educação transforma os indivíduos para que os mesmos possam se desenvolver e interagir de forma individual e coletiva, desvelar e transformar a realidade”, nenhum sujeito deve ser passivo. Porém para que essa transformação se efetive a contribuição do bom educador é essencial dependendo da sua prática educativa.

O como professora venho adotando praticas condizentes com o contexto escolar e social atual, pois sabemos que as exigências são outras, novas sujeitos chegam aos espaços escolares, como é o caso de alunos com necessidades de atendimento especiais. Sendo assim, o profissional da educação necessita de uma nova postura para lidar com esse novo público.

A profissão de professor é uma das mais importantes e antigas. Todas as profissões existentes dependem do professor para ser o que são. Veja o que nos diz Nóvoa ([2014]) sobre a profissão docente:

“O professorado constituiu-se em profissão graças à intervenção e ao enquadramento do Estado, que substituiu a Igreja como entidade de tutela do ensino. Esta mudança complexa no controlo da ação docente adquiriu contornos muito específicos em Portugal, devido à precocidade das dinâmicas de centralização do ensino e de funcionalização do professorado”.

As atuais Políticas Públicas nacionais vem exigindo das redes de ensino a formação específica para cada área de atuação do professor e na educação especial não é diferente, essa formação obedece a um conjunto de praticas que se constitui em torno das diferenças e pluralidade exercidas que serão obtidas na formação continuada, que se apresenta como pratica reguladora e imprescindível na vida do educador, por isso me preocupei em me formar em AEE (Atendimento Educacional Especializado) a fim de estar dentro dos padrões exigido pelo o sistema público, pois só assim estarei apta a exerce a função de professora da educação especial para desenvolver um trabalho condizente as necessidades especiais de cada aluno da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos.

O que é ser educador? Veja o que nos fala Silva ([2014]):

Ser educador é exercer a mais refinada profissão. Um profissional na arte de melhorar o ser humano, um missionário no desenvolvimento da consciência. Ser educador é verdadeiramente estar comprometido com as pessoas, não somente com o conhecimento, mas acima de tudo com o bom uso desses conhecimentos. Existe uma diferença entre ser professor e ser educador. O professor é um profissional comprometido apenas com o conhecimento e conteúdo. O educador é um profissional comprometido com o conhecimento a fim de evoluir a consciência do ser humano na sua complexidade.

Para trabalhar na educação especial todos os professores deveriam ser educadores e não simplesmente professores. Aliás, não só na educação especial, mas em qualquer nível de escolarização, o educador tem o papel de formador, pois trabalha diretamente com o caráter do aluno.

Então eu como professora da educação especial diante as novas mudanças tive de me organizar e estimular situações de aprendizagem direcionando atividades voltadas para o aprendizado do meu aluno com necessidades especiais, fazendo trabalho em equipe ou até mesmo individual; gerenciando a progressão das atividades; participando da gestão escolar; informando e envolvendo os pais sobre as novidades da escola e atividades exercidas na sala de recurso multifuncional; fazendo uso de novas tecnologias; priorizando a minha própria formação continuada, dentre outros itens que certamente tornará o meu aprendizado como professora mais apto a acompanhar as mudanças educacionais.

Sabemos que não existe aluno padrão, embora vez por outra estejamos estabelecendo estas comparações entre os alunos, cada aluno tem um jeito único de ser. Assim quando

resolvemos abraçar a profissão de educador devemos estar preparados para enfrentar muitos desafios ao longo da nossa trajetória profissional.

Ao ingressar na universidade o discente deve se questionar constantemente a respeito da sua verdadeira vocação. Estar na educação apenas por estar de nada adiantará, o mundo precisa de educadores capazes de transformar a juventude corrompida pelos inúmeros problemas sociais. É por acreditar na educação como canal transformador que Silva ([2014]) vem dizer:

“O educador sabe que seu maior desafio é aprender sempre com seus educandos, pois, eles são gerações mais atualizadas do que a sua. Na visão dele, estas crianças são evoluções dos seres humanos. O educador sabe que somente com bom uso do conhecimento pode chegar a desenvolver nestes estudantes grandes consciências. O maior aliado do educador é o tempo. Sabe que grandes construções levam muito tempo e por isso a importância da confiança depositada nesta missão. Vendo a educação de hoje, percebe-se a necessidade urgente de educadores. Ser educador é ir além, é resgatar consciência, começando primeiramente com a sua própria. Aqui está o primeiro grande desafio da profissão, e muitos fazem a opção de serem apenas professores”.

Eu como professora de educação especial da Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos trabalhar com alunos com necessidades especiais, mas que qualquer outra, sou educadora, com sensibilidade para lidar com as mais inesperadas situações dentro e fora do ambiente escolar. Como educadora de alunos com necessidades especiais querendo ou não, findo estabelecendo laços afetivos com o aluno e com a própria família do aluno, pois essa é a essência em uma comunidade indígena é algo involuntário que acontece sem nos darmos conta por que somos todos praticamente da mesma família e isso torna o funcionamento da educação ainda, mas prazeroso de se lhe dá.

Para trabalhar com educação especial o professor precisa observar alguns requisitos básicos que serão essenciais para atuar na inclusão escolar, devemos primeiramente saber identificar os alunos com necessidades especiais; então procuro me aprofundar em conhecimentos entre a relação da escola com a família; conhecer novas metodologias que vão contribuir no ensino destes alunos; pesquisar métodos especiais de leitura e escrita; aprofundo, mas em saber de conhecimentos sobre avaliação e saber selecionar ou adaptar atividades ao ritmo e as dificuldades dos alunos a fim de estimular e aprimorar a aprendizagem do meu aluno com necessidades especiais.

#### 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre à margem de nós mesmo.

Fernando Pessoa

Tempos de mudanças na educação especial, sacudir a poeira e deixar a inclusão acontecer. A inclusão depende de cada um nós fazer nossa parte para que ela aconteça. Chegou a hora de deixarmos de ser professor e nos tornar educador.

Quando idealizamos uma pesquisa sabemos pouco ou quase nada sobre o tema que iremos estudar, mas no decorrer do processo investigativo nos deparamos com muitas descobertas que nos levam a repensar nossa prática pessoal e profissional. São descobertas de como fazer a coisa acontecer.

A mais ou menos uns três anos atrás me vi preocupada com a inclusão de alunos com deficiência na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos e ao me tornar uma pesquisadora percebi as mudanças que aconteceram nos últimos anos na escola.

O número de alunos com deficiências aumentou consideravelmente, isso me levou a refletir que se esse número tende a crescer, certamente é porque os pais consideram a Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos como um espaço inclusivo.

Ao indagar os pais sobre o nível de satisfação quanto ao atendimento educacional especializado escolar dos seus filhos com necessidades especiais, todos responderam que estão satisfeitos com a maneira da escola trabalhar a inclusão. Alguns pais também acrescentaram que seus filhos se sentem acolhidos e que não desejam outra escola para estudar.

Esse foi um ponto bastante positivo na pesquisa, a satisfação dos pais de alunos com necessidades especiais em relação ao ensino ofertado na instituição escolar. Essa satisfação reforça o compromisso da gestão escolar para com o desenvolvimento dos alunos.

.Se a sociedade estiver envolvida neste processo inclusivo, certamente as transformações sociais aconteceram e esse desenvolvimento inclusivo só será possível apostando na qualificação profissional dos educadores e de todos que fazem a educação acontecer.

A finalidade principal do trabalho foi abordar a questão inclusiva na Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos e observamos que a inclusão é um processo que deve ser construído dia após dia com a participação de todos os membros que constituem a sociedade.

## REFERENCIAS

AGUIAR, Marcelo Dantas. A inclusão, a diversidade na sala de aula.

<http://educacaoespecialbrasil.blogspot.com.br/2012/01/educacao-especial-no-mundo.html>

Acessado 14/05/2014 as 12:00 H

ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. História e memória da educação. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

FREITA, Silvana. Professor de Atendimento Educacional especializado.

<https://sites.google.com/site/direitoadiferencaamais/professora-de-sala-de-recursos-multifuncionais> Acessado 02/05/2014 as 22:00 H

FREITAS, Marcos César de; BICCAS, Maurilene de Souza. História social da educação no Brasil (1926 – 1996). São Paulo: Cortez, 2009.

GARCIA, Vinicius Gaspar. As pessoas com deficiência na história do mundo.

<http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial> Acessado 01/05/2014 as 14:00 H

GOMES, Marcelo Maia. A história da educação inclusiva no Brasil e no mundo.

<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfrkWAH/a-historia-educacao-inclusiva-no-brasil-no-mudo>. Acessado 28/05/2014 as 02:34 M.

GUASSELLI, Maristela Ferrari Ruy. Formação de professores para a educação especial: fronteiras entre a produção do ensino/pesquisa e a prática na educação

básica. <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/261/616> Acessado 01/05/2014 as 19:00 H

NOVA ESCOLA, Anderson Moço. Não basta matricular. São Paulo: Abril, 2011.

NÓVOA, Antônio. Formação profissional docente.

[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD\\_A\\_Novoa.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf) Acessado 14/05/2014 as 19:00 H

PACIEVITH, Thais. Declaração de Salamanca.

<http://www.infoescola.com/educacao/declaracao-de-salamanca/> Acessado 02/05/2014 as 21:00 H

PESSOA, Sônia Caldas. A diferença vai à escola. São Paulo: Dimensão, 2013.

SEESP MEC, Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção da escola inclusiva.  
[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const\\_escolasinclusivas.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf) Acessado 13/05/2014 as 21:00 H

SENADO FEDERAL. Direitos da pessoa com deficiência: conhecer para exigir. Brasília – DF: 2011.

SILVA, Lidia Martins de. Educação inclusiva e formação de professores.  
[http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010069353641lidia\\_monografia.pdf](http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010069353641lidia_monografia.pdf) Acessado 02/04/2014 as 19:00 H

VARONOS, Cybelle. Nomenclaturas.  
<http://deficientealerta.blogspot.com.br/2010/02/nomenclaturas.html>. Acessado 28/05/2014 as 15:00 H.

VILLEN, Gabriela. Inclusão escolar como direito na série Desafios do Magistério.  
<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2013/08/05/inclusao-escolar-como-direito-na-serie-desafios-do> Acessado 13/05/2014 as 20:00 H